

26 ABR 2012

FOLHA DE LONDRINA

TENTATIVA DE SUBORNO

Justiça decreta prisão preventiva de Cito e Bonato

Acusados de, supostamente, terem oferecido dinheiro ao vereador Amauri Cardoso para obter apoio nas votações de interesse do Executivo na Câmara, ex-secretário de Gestão Pública e empresário ficarão detidos por tempo indeterminado. ■ Juiz bloqueia bens da ex-secretária de Educação Karin Sabec e de Marco Cito por irregularidades na compra de uniformes escolares.

26 ABR 2012

FOLHA DE LONDRINA

Justiça decreta prisão preventiva de ex-secretário de Barbosa

Marco Cito e também o
empresário Ludovico Bonato ficam
presos por tempo indeterminado;
diretor da Sercomtel nega
envolvimento no caso

A Justiça decretou as prisões preventivas do ex-secretário de Governo e coordenador da campanha do PDT em Londrina, Marco Antonio Cito, e do empresário Ludovico Bonato. Eles vão continuar detidos, por tempo indeterminado, na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2), acusados de corrupção ativa, por terem, supostamente, oferecido dinheiro para o vereador Amauri Cardoso (-PSDB) com o objetivo de conseguir o apoio dele em votações de interesse do Executivo municipal na Câmara. Além do arquivamento da Comissão Processante (CP) da Centronic, que investiga a relação da empresa com a rádio da família do prefeito Barbosa Neto (PDT), Cito e Bonato estavam atrás do apoio do vereador em outros projetos polêmicos, como a manutenção da Lei da Muralha e a remissão de dívidas da Universidade Norte do Paraná (Unopar).

Com a decretação das preventivas, pela juíza de plantão, Fabiana Bressan, o delegado do Grupo de Atuação Especial

de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Alan Flore, tem dez dias, a contar de terça-feira, data das prisões, para concluir o inquérito policial.

O advogado João dos Santos Gomes Filho, que defende o ex-secretário municipal, informou, apenas, que vai entrar com o pedido de habeas corpus hoje. Já a defesa de Bonato afirmou que vai apresentar a tese dos bons antecedentes do empresário e "chef gourmet", segundo disse à FOLHA o advogado Guilherme Cavalcanti. "Ele é primário, tem bons antecedentes, residência fixa e tem profissão, ele é chef gourmet."

Mais depoimentos

O secretário-chefe de Gabinete da prefeitura, Rogério Lopes Ortega, e o diretor de Participações da Sercomtel, Alysson Tobias de Carvalho, protocolaram, ontem, junto ao delegado do Gaeco, através do advogado João dos Santos Gomes Filho, um documento se colocando à disposição para prestarem depoimento. Os

dois foram citados pelo vereador Amauri Cardoso em relatos sobre assédio de integrantes da administração municipal.

Alysson, que segundo o vereador seria o responsável por entregar a Bonato o envelope com os R\$ 20 mil, referentes à "primeira parcela" do suborno, negou a participação. "Não tenho qualquer envolvimento, de forma alguma. Estou à disposição dos promotores", afirmou. Lopes Ortega estava com o celular desligado. Segundo o promotor de Justiça Jorge Fernando Barreto da Costa, a intenção era ouvir os dois ainda na terça-feira, "mas não conseguimos intimá-los". O promotor também não descartou a oitiva de outros vereadores.

Na casa de Cito

Policiais do Gaeco cumpriram mandado de busca e apreensão na casa do ex-secretário de Governo, onde foram apreendidos diversos documentos, já anexados à investigação. "Ainda não tivemos tempo para analisar essa documentação", afirmou o promotor.

FOLHA DE LONDRINA

Caso dos uniformes: juiz bloqueia bens de Cito e Karin 26 ABR 2012

Decisão acata liminar pedida pelo Ministério Público em ação de improbidade; bens de cinco empresas também foram atingidos

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, acatando parcialmente um pedido feito pelo Ministério Público (MP) do Paraná, determinou a indisponibilidade de bens do ex-secretário de Gestão Pública Marco Cito e da ex-secretária de Educação Karin Sabec. A liminar integra uma ação civil pública por improbidade administrativa, de autoria do MP, que sustenta que houve dano ao erário em dois processos de inexigibilidade de licitação que resultaram na contratação de empresas que forneceram kits de uniformes escolares para alunos da rede municipal de ensino, em 2010.

O juiz também acatou o mesmo pedido em relação às empresas G8 Comércio de Equipamentos, Serviços e Representações e Capricórnio S/A, que fecharam o contrato com a administração e forneceram os uniformes, e às empresas CDF Cia Futuro, Iridium Confeccões e Byd Indústria e Comércio de Con-

feccões, que participaram do processo. O valor da indisponibilidade ficou fixado pelo juiz em R\$ 511.816,34, para cada réu.

O MP sustenta, entre outras coisas, que a compra, feita por inexigibilidade de licitação através da ata de registro de preços da Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP), modalidade conhecida como "compra por carona", foi irregular.

No despacho, o juiz ressalta que "há indícios concretos de que o procedimento de inexigibilidade de licitação foi conduzido e concluído mediante desvio de finalidade e com ofensa aos princípios constitucionais da isonomia, da impessoalidade, da legalidade e da moralidade". No entanto, o juiz não acatou o pedido do MP em relação à indisponibilidade de bens de Fidélis Canguçu, que era procurador na época da compra e da empresa Kriwill. No entendimento do magistrado, os réus também não devem indenizar totalmente os cofres públicos - no valor total da

compra R\$ 6.688.879,23, como pedido pelo MP - porque "a administração se valeu desses produtos", que foram entregues para os alunos.

O advogado de Marco Cito, Demétrius Coelho, alegou que ainda não tinha conhecimento da decisão, e preferia esperar para comentar o assunto. A reportagem não conseguiu contato com as empresas citadas. O celular da ex-secretária Karin estava desligado.

FOLHA DE LONDRINA

Facções criminosas preocupam o Paraná

Alguns estudiosos em Direito Penal sugerem mais rigor na punição dos criminosos que integram uma facção criminal

26 ABR 2012

Primero a Informação de que o assassinato de um ex-detento ocorrido no início da semana, em Londrina, aconteceu a mando da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Um homem de 31 anos foi executado 40 dias depois de sair da prisão. Ainda no início desta semana, quatro detentos que cumpriam pena no Complexo de Piraquára, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), foram assassinados.

Essas situações, que mostram o crime organizado agindo dentro das unidades prisionais do Paraná, voltaram a preocupar autoridades e população. Tanto que o Serviço de Inteligência da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) entrou em ação e descobriu uma lista com 13 presos marcados para morrer – a motivação seria uma disputa entre facções do tráfico de drogas.

Os quatro presos assassinados em Piraquara faziam parte da lista encontrada pela Seju. Os outros nove jurados de morte cumprem pena em outras unidades prisionais do Estado e, por motivo de segurança, estão separados dos demais internos. As autoridades paranaenses agiram rápido neste caso iniciando uma operação pente-fino em todas as 24 unidades peniten-

ciárias do Estado. Os agentes estão em busca de todos aqueles objetos que não deveriam entrar nas prisões, mas que de alguma forma "inexplicável" acabam nas mãos dos encarcerados: aparelhos de telefone celular e armas.

Entre as facções criminosas que atuam nas cadelas do País, duas se destacam

pela violência e ramificações, o PCC, que nasceu nos presídios de São Paulo, e o Comando Vermelho (CV), que se originou no Rio de Janeiro. Trabalhos investigativos já demonstraram que os dois mantêm um estatuto com normas e eles cobram, por exemplo, mensalidade de seus membros. Há uma taxa para o criminoso em liberdade, preço que vai caindo para quem cumpre regime semiaberto até chegar no regime fechado.

Embora tenham surgido no Rio e São Paulo, essas facções criminosas não estão mais restritas aos dois grandes centros. Para diminuir o poder desses grupos, alguns estudiosos em Direito Penal sugerem mais rigor na punição dos criminosos que integram uma facção criminal: penas maiores sendo cumpridas em presídios de grande segurança. Diante desses novos fatos ocorridos no Paraná com evidente relação com o crime organizado, esse é um debate que precisa ser retomado com urgência.

26 ABR 2012

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

ES: Justiça pede força-tarefa contra roubalheira

A Polícia Federal ainda examina o pedido do desembargador Pedro Valls Feu Rosa, valente presidente do TJ do Espírito Santo, de enviar força-tarefa ao Estado para auxiliar na investigação da impressionante roubalheira de R\$ 50 milhões no município de Presidente Kennedy. Feu Rosa mandou prender, entre outros, o prefeito, cinco secretários, quatro vereadores e 14 empresários, na "Operação Lee Oswald".

26 ABR 2012

FOLHA DE LONDRINA

STF continua hoje julgamento sobre cotas

Corte retoma trabalhos para definir polêmica; tribunal julga ações que questionam a constitucionalidade de regras adotadas por duas universidades

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar nesta quarta-feira a constitucionalidade de sistemas de cotas adotados por universidades brasileiras para seleção de seus alunos. Por enquanto, votou apenas o ministro Ricardo Lewandowski, que é o relator de duas ações sobre o assunto. Lewandowski reconheceu a validade das ações afirmativas como forma de tentar reduzir as históricas desigualdades sociais entre grupos étnicos e realizar a justiça social.

O voto de Lewandowski foi interrompido diversas vezes por intervenções do ministro Joaquim Barbosa, que é o único integrante negro do STF. Barbosa citou o sucesso de políticas afirmativas nos Estados Unidos e disse que o presidente Barack Obama é o principal exemplo disso. O ministro fez observações sobre os que criticam a política de cotas: "Basta ver o caráter marginal daqueles que se opõem ferozmente a essas políticas".

Para provar a persistência do quadro de desigualdades sociais no Brasil, Lewandowski citou informações segundo as quais cargos de alto escalão e

de direção de empresas são ocupados em sua maioria por brancos. O ministro acrescentou que o grande beneficiário do sistema de políticas afirmativas é todo o meio acadêmico, que terá a oportunidade de conviver com a diversidade.

"A política de ação afirmativa não se mostra desproporcional ou irrazoável", disse o ministro. "É compatível com a Constituição", acrescentou. Ele observou que no caso específico da Universidade de Brasília (UnB), a regra de 2013 estabeleceu que a política terá vigência durante 10 anos. Depois desse período, será avaliado se é necessário mantê-la.

Em nome do Ministério Público Federal, a vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, disse que não existe democracia racial no Brasil. "A abolição não significou a transformação da coisa em sujeito", afirmou. "Não precisamos de dados estatísticos, basta um olhar na composição dos cargos do alto escalão do Estado brasileiro ou nas grandes corporações e, na contrapartida, olhar para a população carcerária desse país, e para quem é parado pela polícia nas cidades brasileiras", afirmou.

O julgamento deverá ser retomado hoje para que os outros ministros do Supremo votem. O tribunal julga três ações. Duas delas questionam a constitucionalidade de regras adotadas pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para ingresso nas instituições por meio do sistema de cotas. Na terceira ação, são contestados dispositivos que estabeleceram políticas afirmativas no âmbito do Programa Universidade para Todos (ProUni).

26 ABR 2012

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Politização

O jurista René Dotti pode ter colocado a pá de cal no anteprojeto que tramita na Assembleia que concede o direito a todos os 120 desembargadores do Tribunal de Justiça de se inscreverem em eleições para a presidência e outros cargos da cúpula do Judiciário. Atualmente, esta prerrogativa está limitada à ordem de antiguidade na magistratura – somente os mais antigos e, ao mesmo tempo, membros do colegiado de 25 desembargadores do Órgão Especial, podem concorrer. Dotti argumenta: a abertura do direito à totalidade dos desembargadores vai estimular disputas políticas internas, prejudiciais à isenção e ao bom funcionamento da Justiça. Além disso, o projeto é inconstitucional, diz ele.

26 ABR 2012

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Mudança de decisões

A CCJ da Câmara dos Deputados aprovou ontem, por unanimidade, uma proposta de emenda constitucional (PEC) que permite ao Congresso sustar decisões do Poder Judiciário. Atualmente, o Legislativo pode mudar somente decisões do Executivo. A proposta seguirá agora para uma comissão especial. O objetivo da proposta, de autoria do deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), é permitir que o Congresso tenha a possibilidade de alterar decisões do Judiciário se considerar que elas exorbitaram o "poder regulamentar ou os limites de delegação legislativa". A PEC tornou-se prioridade da frente parlamentar evangélica desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu permitir o aborto de fetos anencéfalos. O coordenador da bancada, deputado João Campos (PSDB-GO, foto), afirma que o objetivo é enfrentar o "ativismo judiciário".



Sebastião Cruz/Ag. Câmara

Sem comerciais

A Justiça Eleitoral proibiu o PSB de voltar a exibir os comerciais do partido veiculados nos últimos dias 18, 20 e 23 em rádio e televisão. O entendimento é que o espaço foi usado pelo PSB para fazer autopromoção do prefeito de Curitiba, Luciano Duccli, pré-candidato à reeleição. A decisão da Justiça eleitoral atende a uma ação proposta pelo diretório estadual do PT.

COLUNA DO LEITOR

Reforma no Código Penal

A reforma do Código Penal prevê que o enriquecimento ilícito seja punido com pena de até cinco anos de prisão. Talvez fosse melhor manter os culpados presos até devolverem todo o dinheiro roubado. Um exemplo é o caso da Jorgina de Freitas, que roubou mais de R\$ 300 milhões do INSS e não devolveu nem um quarto desse valor. Hoje ela cumpre pena em regime semiaberto. O Lulau também cumpre pena na própria mansão, comprada com dinheiro público, e não devolveu quase nada do que roubou. Do jeito que está previsto na reforma do Código Penal, as quadrilhas não se intimidarão.

Beatriz Campos

26 ABR 2012

GAZETA DO POVO

Justiça decreta prisão de 2 por suposto mensalão

Marco Cito e Ludovico Bonato, detidos na terça-feira, são acusados de oferecer propina para favorecer o prefeito Barbosa Neto

A Justiça decretou ontem a prisão preventiva do ex-secretário de governo de Londrina Marco Cito e do ex-funcionário público Ludovico Bonato, presos na terça-feira por envolvimento num suposto esquema de compra de votos de vereadores. O objetivo dos dois, segundo gravações feitas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), era evitar a aprovação de uma Comissão Processante que investigaria o uso de vigias da empresa Centronic pagos com recursos públicos e que cumpriam expediente na Rádio Brasil Sul, de propriedade do prefeito Barbosa Neto (PDT). A votação da CP, que estava prevista para acontecer ontem e poderia resultar em um pedido de cassação, deve ser adiada.

A CP da Centronic tem como base o relatório de uma Comissão Especial de Inquérito, que encontrou provas ligando os vigias da Centronic à Rádio Brasil Sul. Para ser aprovada a CP, 13 dos 19 vereadores precisam votar a favor — até semana passada, a oposição tinha 12 votos.

Um dos vereadores a favor da CP é Amauri Cardoso (PSDB), que colaborou com o Gaeco para fazer as gravações que motivaram as prisões. Cardoso disse que Cito e Bonato ofereceram pagamento de R\$ 40 mil pelo voto contra a CP, e mais R\$ 40 mil durante a campanha eleitoral. No momento da prisão, Bonato estaria entregando R\$ 20 mil ao parlamentar.

A origem do dinheiro ainda é desconhecida. Ontem também foram cumpridos mandados de busca e apreensão na casa dos presos. Segundo o coordenador do Gaeco, promotor Cláudio Esteves, outros empresários, vereadores e personagens da política local citados nas gravações devem ser ouvidos.

“Campanha contra”

“Nós demos um tratamento republicano à nossa relação com a Câmara, sem troca de cargos, sem rolo compressor. Nenhum prefeito fez isso antes. Mas é uma campanha totalmente voltada para cassar o meu mandato. Nenhum prefeito do Brasil foi tão investigado como nós fomos”, afirmou.

“Eles querem puxar o nosso tapete e isso é golpe contra a democracia, contra a cidade que não pode mais suportar este tipo de instabilidade provocado por denunciismo generalizado que vem de pessoas que tem algum tipo de interesse por ser oposição.”

O prefeito negou que exista um esquema de compra de voto e reafirmou confiar em Marco Cito “Ele é uma pessoa séria, honesta”.

No dia da prisão, Cito disse que era inocente e que apenas ofereceu “apoio político” a Cardoso. O advogado dele, João dos Santos Gomes, disse que iria protocolar um habeas corpus ainda ontem. O advogado de Bonato não foi localizado.

EX-SECRETÁRIO

Marco Cito é “homem forte” do prefeito

Militante político, Marco Cito foi candidato a vereador em Londrina em 2008, mas não se elegeu. Ele é tido como “homem forte” da gestão Barbosa Neto por ter ocupado postos-chaves da atual administração. Atuou como coordenador do Procon, ocupou duas secretarias do primeiro escalão e foi chefe de gabinete do prefeito Barbosa Neto. Marco Cito deixou a prefeitura no começo deste mês para coordenar a campanha eleitoral do PDT em Londrina. Mas ele foi citado em investigações de em supostas irregularidades cometidas pela prefeitura, como o treinamento da Guarda Municipal, a compra de kits escolares e o caos no serviço de saúde, que veio à tona após a Operação Antissepsia, deflagrada pelo Gaeco em maio do ano passado.

Voto a favor abre no STF julgamento sobre cotas

Relator Ricardo Lewandowski foi o único a votar ontem e reconheceu a validade da reserva de vagas para negros nas universidades

■ O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar ontem a constitucionalidade do sistema de cotas adotado por universidades públicas para seleção de alunos. O ministro Ricardo Lewandowski, relator de duas ações sobre o assunto, votou pela constitucionalidade da reserva de vagas para alunos negros e pardos em universidades públicas. Lewandowski reconheceu a validade das ações afirmativas como forma de tentar reduzir as históricas desigualdades sociais entre grupos étnicos e realizar a justiça social. Após o voto do ministro, a sessão foi suspensa por causa do horário.

Para provar a persistência do quadro de desigualdades sociais no Brasil, Lewandowski citou informações segundo as quais cargos de alto escalão e de direção de empresas são ocupados em sua maioria por brancos. "Não basta não dis-

criminar. É preciso viabilizar. A postura deve ser, acima de tudo, afirmativa. É necessário que esta seja a posição adotada pelos nossos legisladores. A neutralidade estatal mostrou-se, nesses anos, um grande fracasso", disse.

O julgamento será retomado hoje, quando os demais ministros do Supremo poderão votar ou pedir vistas do processo, adiando mais uma vez a decisão final. O tribunal julga três ações. Duas delas questionam a constitucionalidade de regras adotadas pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para ingresso por meio de cotas. Na terceira ação, são contestados dispositivos que estabeleceram políticas afirmativas no âmbito do Programa Universidade para Todos (ProUni).

A ação contra a política da UnB é movida pelo partido Democratas (DEM). A advogada da legenda, Roberta Kaufmann, sustentou no plenário do STF que a política baseada em parâmetros étnicos poderá criar no país um modelo de Estado dividido pelo critério racial.

"Se fizermos uma política de recorte social, a partir de critérios objetivos, como por exemplo renda mínima ou ter estudado em escolas públicas, faremos a integração necessária, sem criarmos os riscos de dividirmos o Brasil racialmente", disse.

50%

da população brasileira é negra e parda. Por outro lado, dos 10% mais pobres da população, 11,5 milhões são negros e pardos e apenas 4 milhões, brancos.

O bom combate

Ao longo do belo voto do ministro Ricardo Lewandowsky, ontem, a favor das cotas raciais nas universidades brasileiras, foram sendo desmontados, um a um, os argumentos que nos últimos dez anos tanto espaço tiveram na imprensa brasileira. O ministro mostrou que o princípio da igualdade evoluiu do simplesmente declaratório para a fase em que se trabalha para a construção de um país menos desigual.

Joaquim Nabuco, um dos fundadores da pátria brasileira — já citado aqui nesta mesma coluna, neste mesmo tema — disse em frase insuperável: "Não basta acabar com a escravidão, é preciso destruir sua obra". No voto do ministro Lewandowski o que se vislumbra é a possibilidade de dar mais um passo na destruição do resquício desse passado que temos carregado como bola de ferro atada aos pés da Nação.

O julgamento foi suspenso ao fim da apresentação do voto do relator e só hoje será retomado. É aguardar o amanhã. Foi um longo caminho até aqui. Foram mais de dez anos de intensos debates e inúmeras experiências de ação afirmativa pelo país. Os argumentos se enfrentaram intensamente. Nem sempre com a honestidade intelectual exigida por questão desse porte. Houve manifestos contra e a favor.

Ontem, o voto do relator foi pela constitucionalidade da política de cotas e do critério racial. Alguns apartes e o elogio do presidente do tribunal, ministro Ayres Brito, definindo o voto como corajoso, vigoroso e consistente, mostram que há chances de que as ações afirmativas tenham a maioria dos votos:

Atualmente, segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj, são setenta as universidades federais e estaduais nas quais as políticas de ação afirmativa favorecendo negros, índios e pobres foram implementadas, com diferentes métodos. A

prática demoliu os temores levantados pelos críticos das cotas: que haveria conflito nas universidades, que haveria queda da qualidade, que os cotistas não teriam bom desempenho, que se quebraria o princípio do mérito.

A realidade provou o contrário. Não houve conflito, a qualidade não caiu, os cotistas tiveram desempenho semelhante aos não cotistas, o princípio do mérito não deixou de existir. O ministro relator demoliu outros sofismas. Houve quem dissesse que não se poderia adotar cotas raciais porque não há raças. De fato, não há, mas a sua inexistência não impediu que houvesse racismo: "Se o critério de raça foi usado para se construir hierarquia deve ser usado para desconstruí-la". O temor de que a política quebrasse o princípio constitucional da igualdade começou a ser enfrentado pela vice-procuradora-geral da República, Débora Duprat, que mostrou que esse princípio evoluiu na Constituição de 1988 com o tratamento diferenciado aos desiguais: "É preciso analisar com o coração aberto por que as ações afirmativas de recorte racial provocam tanto desassossego". A vice-procuradora questionou o mito da democracia racial: "Não precisamos de dados estatísticos, basta um olhar na composição dos cargos do alto escalão do Estado brasileiro ou nas grandes corporações e, na contrapartida, olhar para a população carcerária desse pa-

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

26 ABR 2012

is, e para quem é parado pela polícia nas cidades brasileiras". Ela chamou de "reducionismo inaceitável" a tese de que a redução da desigualdade social resolveria o racismo. Lewandowski completou dizendo que "o modelo constitucional brasileiro contempla a justiça compensatória".

Lewandowski derrubou também — e com a ajuda do aparte do ministro Joaquim Barbosa — a ideia sempre repetida no Brasil de que a Suprema Corte americana julgou as ações afirmativas inconstitucionais. Eles disseram que por duas vezes o que a Suprema Corte fez foi o oposto: garantiu sua constitucionalidade.

O ministro esclareceu que a política não nasceu nos Estados Unidos, mas na Índia, de Mahatma Ghandi, na luta contra o odioso — e ainda presente, ainda que ilegal — sistema de castas no país. Sobre o risco de se quebrar o princípio do mérito que é usado no vestibular, Lewandowski lembrou que "mérito de quem está em desigualdade não pode ser linear". Um sistema de ingresso na universidade pretensamente isonômico pode acabar consolidando as distorções existentes no país e reproduzindo a mesma elite dirigente, disse o ministro.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona o sistema de cotas, e foi considerada improcedente pelo relator, é de autoria do Democratas. O grande defensor da tese do DEM hoje está às voltas com outros problemas, o senador Demóstenes. Ele conquistou muitos admiradores entre os adversários das cotas com argumentos pedestres, como o que culpava os africanos pela escravidão. Na época, eu o chamei de "sem noção". Isso, sabe-se hoje, é dizer o mínimo.

O combate ainda não acabou. Será preciso concluir o julgamento no Supremo para retirar a insegurança jurídica sobre a política que já aumentou a diversidade nas universidades brasileiras. Mesmo se o sistema for aprovado, ainda não será o fim do combate, mas antes um novo início. Há um longo caminho a andar na busca de um país mais plural e mais justo. Mas o voto do ministro Lewandowski ilumina a estrada.

26 ABR 2012

GAZETA DO POVO

Bancada dos radialistas recebia verba da Câmara

Recursos de publicidade foram destinados a programas de rádio e empresas de servidores que trabalhavam no gabinete de vereadores que fazem parte do grupo dos comunicadores

Katia Brembatti, Karlos Kohlbach, James Alberti e Gabriel Tabatchek

Notas fiscais revelam que parte da verba de publicidade da Câmara Municipal de Curitiba, nos últimos cinco anos, foi destinada a veículos de comunicação de parlamentares. O vereador Algaci Túlio (PMDB) e o ex-vereador Luís Ernesto (PSDB) admitiram que dinheiro do Legislativo foi gasto em seus programas de rádio. "A verdade é que existia uma verba para os vereadores que têm meio de comunicação pra publicitar a Câmara", disse Algaci Túlio (leia mais na página seguinte). Outros três políticos — o vereador e atual líder do prefeito, Roberto Hinça (PSD), o ex-vereador e secretário estadual Mario Celso Cunha (PSB) e o ex-vereador Valdenir Dias (PMN) — tiveram em seus gabinetes funcionários que assinam recibos de serviços publicitários prestados à Câmara.

A ligação mais próxima entre político e empresa beneficiária de recursos do Legislativo é a do ex-vereador Luís Ernesto com a Nave Locação e Publicidade. A mulher do ex-vereador, Ieda Maria Alves Pereira, é sócia da empresa, que recebeu ao menos R\$ 56 mil de verba de propaganda da Câmara, através da agência Visão Publicidade. Parte desse valor foi destinado ao programa de rádio de Luís Ernesto ainda no período em que ele era vereador — o último mandato de Luís Ernesto foi de fevereiro de 2007 a dezembro de 2008.

Além disso, os documentos a que a reportagem da Gazeta do Povo e da RPC TV teve acesso mostram pagamentos mensais a Nave Locação e Publicidade no valor de R\$ 8 mil nos meses de janeiro a março de 2007 e de julho a outubro de 2009. Nesses períodos, Ieda era funcionária da Câmara e por isso não poderia ser prestadora de serviços privados ao Legislativo. Isso porque a Lei de Licitações proíbe servidores do órgão pagador de terem relações comerciais com a instituição pública em que trabalham.

Nello Roy Morlotti, ex-servidor do gabinete de Algaci Túlio, também prestava serviços publicitários para a Câmara. Ele é dono da Holden Serviços Técnicos e foi funcionário do vereador de janeiro de 2009 a maio de 2010.

Uma das notas fiscais apresentadas pela Holden em julho de 2009 faz referência à publicação de uma reportagem no blog do próprio vereador. A Holden recebeu ao menos R\$ 4 mil da Câmara — o total de pagamentos pode ser maior porque a reportagem teve acesso a documentos que representam apenas R\$ 2 milhões dos R\$ 34 milhões gastos pela Câmara com publicidade entre 2006 e 2011.

A empresa Men & Cia emitiu, no mínimo, três notas fiscais, de R\$ 12 mil cada uma, pela divulgação de publicidade da Câmara. No momento dos pagamentos de setembro e outubro de 2009, Laércio Men, sócio da empresa, estava lotado na comissão de Cultura do Legislativo. Mas em dezembro de 2010, quando cobrou mais um pagamento por serviços publicitários, ele era funcionário do vereador Roberto Hinça.

Funcionária do gabinete do então vereador Mario Celso Cunha — hoje secretário estadual da Copa —, Natacha Kosiski é sócia de uma empresa que recebeu ao menos R\$ 210 mil para publicidade da Câmara nos dois anos em que a servidora esteve lotada no Legislativo.

Documentos também mostram que propagandas da Câmara foram veiculadas no programa de tevê de Johnny Luiz Chemberg, que é funcionário da Câmara há pelo menos seis anos, atualmente lotado nas comissões.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

26 ABR 2012

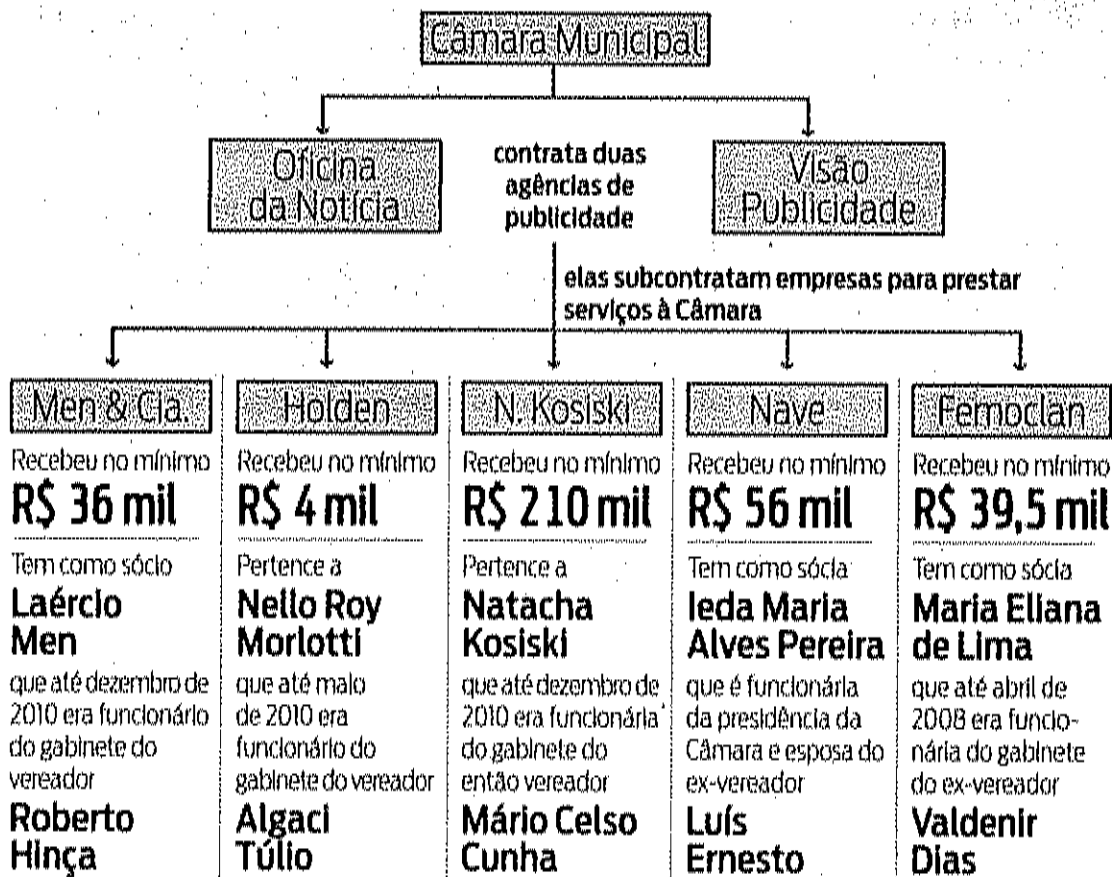
Jornal

Maria Eliana de Lima é sócia da Editora Femoclan — responsável pelo jornal da Femoclan —, que recebeu ao todo R\$ 39,5 mil de publicidade da Câmara nos anos de 2007 a 2009. Em parte do período em que os pagamentos foram feitos, ela estava lotada no gabinete do então vereador Valdenir Dias — de 2006 a abril de 2008.

Como mostrado na edição de ontem da Gazeta do Povo, o jornal Folha do Boqueirão recebeu recursos da Câmara Municipal. A publicação esteve vinculada ao vereador Francisco Garcez (PSDB) até setembro de 2011, de acordo com o registro da empresa na Junta Comercial.

DISTRIBUIÇÃO

Funcionários ligados a vereadores são proprietários ou sócios de empresas que receberam dinheiro de publicidade da Câmara Municipal de Curitiba enquanto estavam empregados no Legislativo.



CONTINUA

Algaci admite que comprou notas

Vereador conta que foi oferecida a todos da bancada dos comunicadores a oportunidade de fazer anúncios da Câmara em seus programas

*Katia Brembatti,
Karlos Kohlbach, James Alberti e
Gabriel Tabatchek*

Questionado sobre as relações comerciais de um ex-funcionário do seu gabinete com a Câmara, o vereador Algaci Túlio (PMDB) acabou revelando que ele próprio encontrou uma "estratégia" para receber recursos de propaganda do Legislativo municipal. O político afirma ainda que foi oferecida a todos os vereadores da bancada dos comunicadores a oportunidade de fazer anúncios — e assim receber verbas da Câmara.

Segundo ele, a oferta teria partido do ex-presidente João Cláudio Derosso (PSDB). Derosso contesta a acusação. Ele diz que os vereadores é que o procuravam em busca de dinheiro de propaganda e ele os encaminhava para as agências que atendem a Câmara, para que conversassem entre eles.

"A verdade é que existia uma verba para os vereadores que têm meio de comunicação pra publicitar a Câmara", diz Algaci. Para poder receber uma fatia dos

recursos disponíveis, o vereador confessa que precisou ir em busca de notas fiscais de empresas que pudessem ser apresentadas como comprovação dos serviços pres-

tados. "A gente comprava. Muitos [comunicadores] que não têm empresa compram nota de uma empresa de publicidade", conta o vereador, que admite que a prática não é correta. "Na verdade [compra de notas] é uma barbaridade."

No entanto, para o peemedebista, essa era a forma de manter o seu programa de rádio. "Eu vivo de comercial, eu tenho que pagar meu horário de rádio, eu tenho que buscar os meios, patrocínios, pra poder sustentar." Algaci não revelou quanto recebeu da Câmara nem de quem comprou as notas fiscais para justificar os pagamentos.

Ele conta que decidiu — depois que estourou o escândalo sobre o contrato de publicidade da Câmara, em julho de 2011 — que era melhor parar de pleitear verbas públicas para o programa de rádio que apresenta.

Sobre o ex-funcionário Nello Roy Morlotti, Algaci disse desconhecer que ele tinha uma empresa. Morlotti, por sua vez, assegura que o próprio vereador propôs que o trabalho de criar e manter atualizado o blog do parlamentar fosse cobrado da Câmara. "Mas não era para fazer isso com notas da empresa dele", declara Algaci.

Morlotti afirma que não sabia sobre a ilegalidade de manter relações comerciais com a Câmara no mesmo período em que era funcionário.

CONTINUAÇÃO

Ex-vereador confessa que esposa negociava repasses

O ex-vereador e radialista Luís Ernesto (PSDB) confirma que em parte do seu programa de rádio era custeado pela verba de publicidade da Câmara. Ele conta, assim como o vereador Algaç Túlio (PMDB), que todos os vereadores da bancada dos comunicadores recebiam recursos do Legislativo municipal para seus programas. "Na época que eu era vereador, todos os vereadores que faziam programas de rádio, como acontece até hoje, recebiam dinheiro", diz.

Luís Ernesto confirma que a empresa da sua mulher, Ieda Maria Alves Pereira, é que intermediava o repasse de recursos públicos para o seu programa, que para ele funcionava como "uma segunda tribuna". Apesar disso, ele garante que também falava do trabalho dos colegas. "Falava da ordem do dia [projetos em discussão para votação], entrevistava vereadores", conta.

Salários

Já sobre a contratação de Ieda na Câmara, ele nega que ela tenha recebido salários enquanto trabalhava no Legislativo municipal. "Já foi [funcionária]. Durante quatro anos ela trabalhou no meu gabinete, mas nunca recebeu absolutamente nada", alega.

A assessoria de imprensa da Câmara, no entanto, confirmou que Ieda recebeu vencimentos no período em que esteve nomeada. Ainda de acordo com a assessoria, Ieda só foi exonerada da Casa no dia 18 de abril — após a reportagem procurar Luís Ernesto para que explicasse a relação com a empresa.

26 ABR 2012 GAZETA DO POVO

"Falava da ordem do dia [projetos em discussão para votação], entrevistava vereadores."

Luís Ernesto, ex-vereador do PSDB.

"É uma surpresa. Novidade. O Johnny eu sabia [que tinha empresa], ele trabalha nessa área."

Mário Celso Cunha (PSB),
ex-vereador e atual secretário estadual

"Eu comprava o horário para divulgar o meu trabalho na Câmara, que era uma segunda tribuna que eu tinha."

Luís Ernesto, ex-vereador do PSDB.

"Pode ter ocorrido, mas se foi, não veio diretamente para mim."

Roberto Hinça (PSD), líder do prefeito na Câmara de Curitiba.

"A gente comprava nota. Muitos [comunicadores] que não têm empresa compram nota de uma empresa de publicidade."

CONTINUA

Algaç Túlio (PMDB)

GAZETA DO POVO

OUTRO LADO

CONTINUAÇÃO

26 ABR 2012

Hinça não confirma, nem nega, Mário Celso diz desconhecer relações ex-funcionária

O vereador Roberto Hinça (PSD) não confirma, nem nega, que publicidade da Câmara tenha sido divulgada nos programas que apresentou em emissoras de rádio e tevê. "Pode ter ocorrido, mas se foi, não veio diretamente para mim", diz. O parlamentar declara que, se aconteceram veiculações, os recursos não foram direcionados para ele ou empresas vinculadas a ele.

Hinça destaca que os veículos de comunicação em que trabalha ou trabalhou não repassavam a ele dinheiro vindo das propagandas comercializadas. Sobre a relação do ex-funcionário Laércio Men com contratos publicitários da Câmara, Hinça afirmou que sabia que ele possuía a empresa, mas diz que acredita que as duas funções não aconteciam simultaneamente.

Laércio conta que a Men & Cia atua "em busca das verbas dos clientes representando veículos de comunicação, rádio e televisão especialmente". Ele assegura que sempre buscou separar o trabalho como contato publicitário da função pública que exercia. "Quando tinha cargo, trabalhava no cargo. A gente não fez essa mistura", diz.

Ele conta que foram cinco contratos com agências ligadas à Câmara, para progra-

mas variados de rádio e televisão, tanto para comerciais como para informes apresentados durante os programas. Ele acrescenta que não ficou com o total do dinheiro pago pela Câmara - uma vez que o pagamento era encaminhado ao veículo de comunicação que divulgou o anúncio e a empresa Men & Cia cobrava apenas 5%.

Relações

O ex-vereador Mario Celso Cunha disse desconhecer que a ex-funcionária do seu gabinete na Câmara Natacha Kosiski tinha relações comerciais com o Legislativo. "É uma surpresa. Novidade. O Johnny eu sabia [que tinha empresa], ele trabalha nessa área", afirmou.

O funcionário Johnny Luiz Chemberg, que já esteve na liderança do governo, de responsabilidade de Mario Celso, e hoje consta como servidor nas comissões da Casa, declarou que já trabalhava no Legislativo quando surgiu a oportunidade de fazer também publicidade para Câmara em seu programa.

A ex-funcionária Natacha Kosiski, sócia da empresa beneficiada pelos contratos, não foi localizada pela reportagem. A ex-funcionária e sócia da Editora Femoclan, Marla Eliana de Lima, e o ex-vereador Valdenir Dias também foram procurados pela reportagem, mas não deram retorno às ligações.

"Quando tinha cargo, trabalhava no cargo. A gente não fez essa mistura."

Laércio Men, ex-funcionário do gabinete do vereador Roberto Hinça (PSD) e que também atua como contato publicitário.

26 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Deputados querem poder para mudar decisões do STF

Bancadas evangélica e católica ajudam a aprovar texto na CCJ, a fim de combater 'ativismo judiciário' em questões como aborto

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem proposta de emenda constitucional que permite ao Congresso sustar decisões do Judiciário. Hoje, o Legislativo só pode mudar atos do Executivo. A proposição seguirá para uma comissão especial.

A polêmica proposta foi aprovada por unanimidade após uma articulação de deputados evangélicos e católicos. Para eles, a medida é uma resposta à decisão do Supremo Tribunal Federal, que legalizou o aborto de fetos anencéfalos. Se a regra já estivesse em vigor, os parlamentares poderiam tentar reverter a permissão de interromper a gravidez nesses casos.

O texto considera de competência do Congresso sustar "atos normativos dos outros poderes que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa". Além de resoluções de tribunais e atos de conselhos, há deputados que acham ser possível sustar decisões do Supremo com repercussão geral e até súmulas vinculantes.

Autor da proposta, o deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), argumenta que o Legislativo precisa ser o poder mais forte da República, por seu caráter representativo, e que decisões do Judiciário nos últimos anos têm ido além do que diz a Constituição.

"O Poder Judiciário - que não foi eleito, é nomeado - não tem legitimidade para legislar. É isso que desejamos restabelecer para fortalecer o Legislativo", alega Fonteles. "Aliás, fomos nós que fizemos a Constituição."

Teoria e prática

CHICO ALENCAR

LÍDER DO PSOL (RJ)

"Montesquieu deve estar se revirando na tumba.

Essa proposta é tão irracional e ilógica quanto popular e desejada aqui dentro"

O relator da proposta na CCJ, Nelson Marchezan Júnior (PSDB-RS), destaca que a possibilidade em discussão não abrange julgamentos específicos dos tribunais, mas casos em que o Judiciário ultrapasse sua função ao determinar novas regras.

O coordenador da bancada evangélica, João Campos (PSDB-GO), diz que o objetivo é enfrentar o "ativismo judiciário". "Precisamos pôr um fim nesse governo de juizes. Isso já aconteceu na questão das algemas, da união estável de homossexuais, da fidelidade partidária, da definição dos números de vereadores e agora no aborto de anencéfalos."

Montesquieu. O líder do PSOL, Chico Alencar (RJ), entende que a proposta viola a harmonia entre os Poderes. "Montesquieu deve estar se agitando na tumba", brincou, em referência ao teórico da separação dos poderes. Alencar avalia que a proposta pode prosperar, por causa do desejo da Casa de reagir a algumas posições do Judiciário. "Essa proposta é tão irracional e ilógica quanto popular e desejada aqui dentro. Vai virar discurso de valorização do Legislativo."

Para se tornar um marco legal, a proposta precisa ser aprovada em plenário duas vezes, com 308 votos, antes de ir ao Senado.

26 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO 'PONHA A MÃO NA CONSCIÊNCIA'

Grupo de mulheres faz apelo ao Supremo para que processo do mensalão seja julgado até junho

Após terem se reunido, no fim do ano passado, para discutir o problema da corrupção no País, um grupo de mulheres paulistanas voltou a se encontrar ontem para outro ato de protesto: pedir que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue neste semestre o processo do mensalão.

Lideradas pela psicanalista lacaniana Maria Cecília Parassino, dez representantes da sociedade civil passaram a tarde de ontem em um prédio nos Jardins, na capital, debatendo o assunto.

"Nós temos que sair, gritar, berrar: 'Ministro (Ricardo) Lewandowski, ponha a mão na consciência e devolva o processo para que seja colocado em julgamento'", bradou Sileni Rolla, do Movimento Mulheres da Verdade. Ricardo Lewandowski, do STF, é o revisor do processo e deve liberar seu voto para que o caso possa ser julgado.

Para dar consistência à manifestação, o grupo - batizado de "Ação pela Cidadania" - tentou, sem sucesso, falar com dois ministros do STF pelo telefone: o novo presidente da Corte, Carlos Ayres Britto, e Joaquim Barbosa, a quem Maria Cecília chamou, uma ou duas vezes, de Ruy Barbosa.

Recados. Enquanto o grupo deixava recados a assessores e secretárias dos gabinetes, os ministros estavam reunidos no plenário para julgar a questão das cotas raciais nas universidades brasileiras.

As mulheres, no entanto, não se abalaram e prometeram uma ida à Brasília para tentar audiência com os membros da Corte. "Já temos umas 15 pessoas dispostas a ir", disse a advogada Raquel Alessandri. "Já imaginou? Vai ser o povo tomando Brasília."

A proposta do grupo é a de que o dinheiro público supostamente desviado pelo mensalão, se recuperado, seja usado em obras sociais, como creches e hospitais. "Não quero aquelas pessoas todas presas. Quero a verba que foi desvirtuada", disse Maria Cecília.

26 ABR 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ-SP vai liberar pagamento de R\$ 100 mi em precatórios

Objetivo é que as ações sejam julgadas conforme as regras descritas na Emenda

Entre os dias 9 e 21 de abril, o Tribunal de Justiça de São Paulo liberou o pagamento de R\$ 107,6 milhões em precatórios. Ao todo, foram feitos 1.089 depósitos, que beneficiaram 8.013 credores no estado. Os números são os resultados do mutirão dos precatórios, instaurado no dia 9 pelo presidente do TJ, desembargador Ivan Sartori, para dar andamento a casos relacionados a dívidas contraídas pelo poder público no estado.

De acordo com o presidente, os resultados foram possíveis por causa do destacamento de 35 servidores de varas cíveis, e da compra de 92 computadores, apenas para se dedicar aos casos envolvendo precatórios. O trabalho envolve, além do julgamento célere dos processos, a busca e levantamento dos casos relacionados a precatórios que estão parados no TJ. O objetivo é que as ações sejam julgadas conforme as regras descritas na Emenda Constitucional 62/2009. Sartori explica que o tribunal age em duas frentes: no levantamento de casos e na execução. Por conta dessa divisão de tarefas, conta, o grupo de trabalho do mutirão já conseguiu dar conta de 3 mil mandados de levantamento de ações e, durante esta semana, começa a atacar o próximo grupo de 3 mil. Ao todo, são 192 pessoas envolvidas, e o TJ já abriu edital para contratar 54 contadores. "Estamos fazendo um choque de gestão no tribunal", afirmou.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SEM PREJUÍZO À DEFESA

26 ABR 2012

Ausência no interrogatório de corréus não anula ação penal

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou habeas corpus a réu condenado a sete anos e um mês de reclusão por roubo. A defesa pedia anulação da ação penal porque ele e seu advogado não acompanharam o interrogatório dos corréus.

A defesa alegou cerceamento. Em apelação, ela pretendeu anular a ação penal desde o interrogatório, para que o réu pudesse comparecer à audiência. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou o pedido. A corte entendeu que

não há previsão legal que determine o comparecimento do réu e de seu defensor à audiência de interrogatório dos corréus.

PREJUÍZO

O tribunal local entendeu também que não há impedimento para que o advogado compareça ao interrogatório por constituir meio de defesa e prova para as partes.

Porém, a corte avaliou que não houve prejuízo para o réu, uma vez que não foram feitas declarações que o incriminassem.

O ministro Og Fernandes,

relator do HC impetrado no STJ, também entendeu não haver prejuízo ao réu.

O relator concordou que não há disposição legal que obrigue o comparecimento de réu e advogado a interrogatório de corréus.

Porém, a Turma observou que a apelação dos corréus foi provida, resultando na anulação de toda a instrução. Por esse motivo, apesar de negar o pedido da defesa, os ministros concederam a ordem de habeas corpus, de ofício, para igualar a situação dos réus.

Liminar determina afastamento de prefeito

O prefeito de Castro, Moacyr Elias Fadel Junior, foi afastado liminarmente do cargo por decisão da Vara Cível da comarca, em ação civil pública por improbidade administrativa movida pelo Ministério Público. A Promotoria de Justiça da comarca acusa o prefeito de ter recebido R\$ 19 mil de propina da empresa de transporte coletivo da cidade, a fim de aumentar a tarifa e deixar de cobrar o correto valor do ISS. A ação foi ajuizada no final de 2011. Além disso, o prefeito teria oferecido, por meio de um terceiro, um carro e R\$ 30 mil para que a testemunha, funcionário da empresa que lhe havia entregue o valor, mudasse seu depoimento.

26 ABR 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Abagge pode ter novo júri

Beatriz Cordeiro Abagge, uma das acusadas do assassinato do menino Evandro Ramos Caetano, que ocorreu em Guaratuba, em 1992, terá mais um passo de seu processo criminal hoje. Depois de ter sido condenada pelo júri popular, em maio do ano passado, a 21 anos e quatro meses de prisão, seus defensores recorreram da decisão, para tentar anular a sentença.

Os advogados de Beatriz entraram com uma apelação crime, que será julgada hoje, às 13h30, pela 1.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça. Os desembargadores irão decidir se mantém a decisão do júri ou se o julgamento será anulado, com conseqüente remarcação de novo júri. Ainda cabe recurso no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. E enquanto o recurso estiver em trâmite, Beatriz tem o direito de aguardar as decisões em liberdade.

Este foi o segundo júri a que Beatriz foi submetida. O primeiro ocorreu em 1998.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Três Poderes 26 ABR 2012

A ligação do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) com o acusado de contravenção Carlinhos Cachoeira assombra ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). Eles sabem que o senador, com trânsito no Judiciário, foi gravado em conversas telefônicas prometendo usar esse prestígio para favorecer o grupo.

“A crise deu a volta completa na Praça dos Três Poderes”, admite um membro da Corte, que diz que nunca imaginou que houvesse um “sujeito oculto” por trás de Demóstenes. Para se prevenir, ministros incumbiram assessores de levantar audiências pedidas pelo senador e processos que podem ter relação com Cachoeira.

Nomes Entre os ministros que recebiam Demóstenes, que já foi presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, estão Gilmar Mendes, José Antonio Dias Toffoli e Luiz Fux.

26 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Pais terão de indenizar filho adotivo rejeitado

Casal de MG pegou menino em 1999 e o 'devolveu' em 2001; hoje aos 17, rapaz vai receber R\$ 15 mil e pensão de R\$ 93,30

Segundo promotor, garoto era agredido e humilhado, o que a mãe nega; não cabe mais recurso à decisão do TJ

Um jovem de 17 anos que foi adotado com a irmã em 1999, aos quatro anos, e "devolvido" sozinho em 2001, irá receber dos pais, por decisão do Tribunal de Justiça de Minas, uma indenização de R\$ 15 mil por danos morais.

Além do valor, a Justiça determinou o pagamento de uma pensão alimentícia correspondente a 15% de um salário mínimo (R\$ 93,30, em valores atuais) até o menino fazer 18 anos, em outubro — ou 24, caso ele ainda estude.

Em 2009, o casal já havia sido condenado em primeira instância, decisão que agora foi mantida pelo TJ. Como os prazos legais já se esgotaram, não cabe mais recurso.

Os valores estão sendo depositados desde 2009 em conta bancária no nome do filho, que poderá resgatá-los quando completar 18 anos.

Em 9 de março de 1999, o casal, de Uberlândia (MG), adotou duas crianças, irmãs, mas, "devolveu" uma delas em 6 de julho de 2001.

O promotor de defesa dos direitos da criança e do adolescente de Uberlândia, Epaminondas da Costa, disse que, segundo psicólogos e assistentes sociais, o menino era "rejeitado, agredido, humilhado" pelos pais, que tampouco teriam justificado os motivos pelos quais o rejeita-

ram. A Folha a mãe negou maus-tratos e disse que não foi dela a decisão de devolver o filho (leia texto ao lado).

Em um dos relatos feitos à Promotoria, o presidente da Instituição Missão Criança disse nunca ter observado manifestação de afeto dos pais.

O menino era chamado de "retardado, burro e caso perdido", afirmou. Em outra ocasião, disse uma assistente social, ele recebeu um tapa na nuca ao tentar abraçar o pai.

A desembargadora Teresa Cristina da Cunha Peixoto, relatora do caso no TJ, diz na decisão que a indenização é justa "não só porque o filho foi privado do convívio dos pais, mas de sua irmã de sangue, de quem sente muita saudade".

O menino ainda vive na instituição onde foi abandonado. Ele poderá continuar na entidade após alcançar a maioridade, até que seja novamente adotado ou tenha condições de se sustentar.

José Jehovah De Nazareth, advogado do casal, disse que a criança foi devolvida com autorização judicial.

DEVOLUÇÃO EM SC, CASAL TAMBÉM FOI CONDENADO

No ano passado, a Justiça condenou um casal de Santa Catarina após tentar "devolver" um dos filhos adotados, alegando ter problemas de relacionamento com ele. Além de perder a guarda, o casal foi condenado a pagar uma indenização de R\$ 40 mil a cada filho.

Mãe diz que filho adotivo não se adaptou ao lar

"Parecia que era lá [no abrigo] que ele se sentia em casa". Assim resumiu M., 32, mãe adotiva da criança que foi devolvida ao abrigo, em Uberlândia, Minas Gerais.

Folha - O que vocês acham da decisão da Justiça?

M. - Foi injusta. A gente nunca se opôs a pagar a pensão. Mas esse valor é muito alto e a gente não tem condições de pagar.

E por que vocês decidiram devolver a criança ao abrigo?

A gente não decidiu devolver. Ele não se adaptou à família e um juiz achou melhor recolhê-lo.

Como era a relação de vocês? com ele?

Era muito boa. Inclusive a irmã dele, que está com 19 anos, ficou, não quis ir. Foi ele que não quis ficar.

Por que você acha que ele não quis ficar?

Acho que ele já estava acostumado com o abrigo. Todos os dias ele pedia para voltar, desde a época em que a gente pegou ele. Parece que era lá que ele se sentia em casa.

26 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Em ação de juiz contra blog, Justiça bloqueia R\$ 3,5 mi do Google Brasil

DE BELÉM - O Google Brasil teve R\$ 3,5 milhões bloqueados pela Justiça do Pará após um juiz do Estado pedir que a empresa retirasse do ar um blog.

O juiz Gabriel Ribeiro, titular da comarca de Rondon do Pará (538 km de Belém), entrou com a ação por se considerar vítima de ofensas feitas no blog "Rondon Sem Censura", hospedado pelo Blogger, serviço do Google.

O magistrado protocolou a ação na própria comarca de Rondon do Pará. Um juiz substituto então mandou suspender o site, sob pena de multa de R\$ 100 mil/dia em caso de descumprimento.

O bloqueio ocorreu porque o site permaneceu no ar ao menos 35 dias após a decisão.

O Google recorreu e há duas semanas conseguiu suspender a decisão. Mas, segundo a empresa, o bloqueio dos recursos permanece.

Comissão da Casa aprova poder de veto a ato da Justiça

Proposta ainda precisa passar por duas votações

A principal comissão da Câmara aprovou ontem uma proposta que amplia os poderes do Congresso para suspender atos do Judiciário.

Segundo o deputado Nazaren (PT-PI), autor da proposta de emenda constitucional, hoje o Legislativo pode sustar apenas atos do Executivo.

"No nosso entendimento, há uma lacuna na Constituição levando a uma desigualdade nas relações do Legislativo com os outros Poderes. Esta emenda vai corrigir essa desigualdade, contribuindo assim para o equilíbrio entre os três Poderes", afirmou.

A proposta permite ao Congresso sustar os atos normativos dos outros Poderes "que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa". Deputados citam como possíveis abusos medidas da Justiça Eleitoral e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Para vigorar, o texto, aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, terá de ser analisado por uma comissão especial e pelo plenário.

26 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

STF começa a julgar cotas com voto a favor

O relator da ação, ministro Ricardo Lewandowski, afirmou que reserva de vagas para negros é constitucional

Ação do DEM questiona a legalidade do sistema utilizado pela UnB; o julgamento será retomado hoje à tarde

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski votou ontem pela constitucionalidade de sistema de cotas raciais em universidades brasileiras.

Ele é relator de uma ação proposta pelo DEM que questiona o sistema utilizado pela UnB (Universidade de Brasília). O julgamento, iniciado ontem, foi interrompido por conta do horário e será retomado na tarde de hoje.

Em um voto de duas horas, Lewandowski afirmou que a reserva de vagas cria um tratamento desigual com o objetivo de promover, no futuro, a igualdade. "Pode até colocar alguns alunos em desvantagem caso a política adotada represente um ganho social global", disse.

A UnB reserva 20% de suas vagas a estudantes que se declaram pardos e negros. Depois, os candidatos passam por entrevista e uma banca analisa se eles podem, ou não, ser aceitos como beneficiados pelas cotas.

Lewandowski afirmou que um sistema de cotas deve levar em conta certos critérios para que seja declarado constitucional, como a razoabilidade no número de vagas reservadas e a transitoriedade da política afirmativa.

Para ele, a UnB cumpre os requisitos, pois definiu, em 2004, quando o sistema foi implantado, que ele seria revisado em 10 anos. "A política de ação afirmativa deve durar o tempo necessário para corrigir as distorções."

Por diversas vezes, o ministro Joaquim Barbosa, o único negro a integrar o STF até hoje, o interrompeu, com observações sempre favoráveis às cotas raciais. Ele chegou a citar o exemplo do presidente americano Barack Obama.

"O maior expoente é o presidente dos Estados Unidos, que mostra a que pode levar uma política afirmativa em tão curto espaço de tempo", afirmou Barbosa.

RACISMO

O julgamento começou com 13 pronunciamentos, dos quais 3 contra a política de cotas e 10 a favor, incluindo os advogados. Autora da ação contra o sistema da UnB, a advogada do DEM Roberta Kaufmann disse que o STF decidirá se o Brasil quer, ou não, ter um Estado "racializado".

"Se você não tem um critério objetivo para decidir quem é negro, quem é pardo, quem é moreno, as cotas podem ser mais desastrosas do que os eventuais bônus que a política deve ocasionar", afirmou.

Já a vice-Procuradora-Geral da República, Deborah Duprat, uma das pessoas que defenderam as cotas, afirmou que a base para essa política no país não é a reparação histórica, e sim a garantia de diversidade na sala de aula.

Questionado, o cineasta Spike Lee — que está no Brasil para fazer um documentário — afirmou ser favorável às cotas. "Não sou um especialista em Brasil, estou falando como um cidadão do mundo", disse ele, que foi ao Palácio do Planalto e ao STF.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 26 ABR 2012

SISTEMA DE COTAS EM DEBATE

STF continua hoje julgamento de três ações sobre a

constitucionalidade da reserva de vagas em universidades

AS TRÊS AÇÕES EM DISCUSSÃO



1 Contra a lei do ProUni (Programa Universidade para Todos), do governo federal, que determina que as universidades privadas participantes devem reservar parte das bolsas para negros, indígenas e deficientes

2 Proposta em julho de 2009 pelo DEM contra o sistema de cotas raciais da UnB (Universidade de Brasília), que reserva 20% das vagas oferecidas a candidatos negros e pardos

3 Recurso do aluno Giovane Pasquali Fialho, que foi reprovado no vestibular da UFRGS (Federal do Rio Grande do Sul). Ele teve nota maior que a de alunos de escolas públicas que foram aprovados

Argumentos contra

Ação questiona a forma como a lei foi aprovada, por medida provisória, e diz que ofende o princípio da isonomia

Sistema fere o princípio meritocrático e ofende dispositivos que estabelecem o direito universal à educação

O aluno fala que sistema é "pacto da mediocridade", além de crime de racismo, por distinguir candidatos por critérios étnicos

Argumentos a favor

O programa combate situações de desigualdade e promove o reequilíbrio social

A UnB argumenta que sistema foi criado para solucionar uma desigualdade histórica

A Procuradoria-Geral da República diz que a medida visa igualar oportunidades entre desiguais

26 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça declara ilegal a greve no canteiro de Belo Monte

Liminar prevê multa de R\$ 200 mil por dia caso a paralisação seja mantida

Sindicato afirma que os operários vão continuar trabalhando insatisfeitos; greve começou na segunda

A Justiça do Trabalho declarou ilegal ontem a greve dos trabalhadores da hidrelétrica de Belo Monte (PA), iniciada na última segunda.

De acordo com o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, a decisão considerou que o acordo coletivo firmado em novembro de 2011 entre o consórcio responsável pela obra e o sindicato da categoria continua válido.

A Justiça entendeu que o consórcio não violou o acordo sobre auxílio-alimentação e intervalo entre folgas para visita a familiares, dois pontos que motivaram a greve.

Caso a paralisação seja mantida, a liminar concedida pelo TRT-8 prevê multa de R\$ 200 mil por dia de greve.

Com custo de R\$ 19 bilhões, 7.000 operários e previsão de início de geração para 2015, Belo Monte é uma das maiores obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Os operários pedem aumento do vale-alimentação de R\$ 95 para R\$ 300 e redução de seis para três meses do intervalo para visitar a família na cidade de origem.

A pedido do consórcio, a Justiça também proibiu o Sintrapav (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada) de promover piquetes com bloqueios dos acessos aos canteiros de obras, como ocorreu no primeiro dia de greve.

O Sintrapav afirmou que não havia sido notificado da decisão até o início da noite e que manteria a greve hoje.

"Uma decisão liminar não vai resolver os problemas dos operários, eles vão continuar trabalhando insatisfeitos", afirmou Roginel Gobbo, vice-presidente do Sintrapav.

O CCBM (Consórcio Construtor de Belo Monte) informou ontem que estava tomando providências logísticas para a retomada das atividades.

TRIBUNA DO PARANÁ

Escândalo

Parte do dinheiro de publicidade da Câmara
garantia programas dos vereadores radialistas

Tudo 26 ABR 2012 patrocinado

Vereadores que atuam como radialistas admitiram que parte da verba de publicidade da Câmara de Curitiba nos últimos cinco anos, foi destinada a veículos de comunicação dos parlamentares. Notas fiscais obtidas com exclusividade pela reportagem da RPC TV e Gazeta do Povo, mostram que o vereador Algaci Túlio (PMDB) e o ex-vereador Luis Ernesto (PSDB) tiveram seus programas de rádio patrocinados com este dinheiro. O fato é admitido pelos próprios parlamentares. "A verdade é que existia verba para os vereadores que têm meio de comunicação pra publicitar a Câmara", disse Algaci Túlio. O fato se repetiu com outros três pares da Casa: o vereador e atual líder do prefeito, Roberto Hingó (PSDB), o ex-vereador e secretário estadual Mario Celso Cunha (PSDB) e o ex-vereador Valdenir Dias (PMN) tiveram em seus gabinetes funcionários que assinam recibos de serviços publicitários prestados à Câmara.

Em alguns casos, os valores são elevados. No caso do ex-vereador Luis Ernesto foram contados R\$ 56 mil de verba de propaganda da Câmara à empresa Nave Locação e Publicidade, que tem como sócia a mulher do ex-vereador, Ieda Maria Alves Perelra. O repasse foi feito através da agência Visão Publicidade. Parte desse valor foi destinado ao programa de Luis Ernesto, ainda no período em que era vereador, como mostram notas a que a reportagem teve acesso. Ele continuou como divulgador remunerado do Legislativo depois de mandato, no fim de 2008.

Legal

Mas não para por aí. Documentos mostram pagamentos mensais à Nave Locação e Publicidade de R\$ 8 mil de janeiro a março de 2007 e de julho a outubro de 2009. O curioso é que nesses períodos, Ieda consta como funcionária da Câmara o que seria poderoso impeditivo legal que veda a prestação de serviços privados ao Legislativo, conforme reza a Lei de Licitações.



Túlio admite patrocínio.

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Mais vereadores envolvidos

26 ABR 2012

O vereador Marlo Celso Cunha, atual secretário da Copa, usou do mesmo expediente. Sua funcionária Natácha Kosiski que atuava em seu gabinete é sócia de empresa que recebeu recursos da Câmara. No total a N Kosiski emitiu ao menos cinco notas fiscais de serviços prestados de divulgação entre outubro de 2008 e 2009 quando a sócia estava empregada no Legislativo. Foram R\$ 38 mil por inserções em rádio e TV.

O Jornal da Federação das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana (Femoclam) voltou a aparecer em direcionamento de verba publicitária da

Câmara. Ontem, a série de reportagens apontou que o vereador Francisco Garcez (PSDB) recebeu recursos para o jornal a que estava vinculado até setembro de 2011. Desta vez é uma funcionária do gabinete de Valdenir Dias que teria sido beneficiária de verba para o jornal da Femoclam. Maria Eliana de Lima é sócia da Editora Femoclam, que recebeu R\$ 39,5 mil de 2007 a 2009. Naquela época, lotada no gabinete do então vereador Valdenir Dias, consta que foi funcionária de janeiro de 2006 a abril de 2008, quando o político teve o mandato cassado por abuso econômico na eleição. **(Gazeta do Povo/RPCTV)**

Algaci Túlio acusa Derosso

Além de admitir que encontrou uma "estratégia" para receber recursos de propaganda da Câmara, Algaci Túlio (PMDB) afirmou que a todos os vereadores da bancada dos comunicadores foi oferecida a oportunidade de fazer anúncios e assim receber verbas da Câmara. Segundo o parlamentar, a oferta teria partido do ex-presidente João Cláudio Derosso (PSDB), que contesta a acusação e afirma que os vereadores é que o procuravam em busca de dinheiro de propaganda e os encaminhava às agências que atendem a Câmara, para que conversassem entre eles.

De acordo com Algaci (foto), para poder receber uma fatia dos recursos disponíveis, o vereador confessa que precisou ir em busca de notas fiscais de empresas que pudessem ser apresentadas como comprovação dos serviços prestados. "A gente comprava nota,

Multos (comunicadores) que não têm empresa compram nota de uma empresa de publicidade", contou.

Na conta da Câmara

O vereador, no entanto afirmou desconhecer que o ex-funcionário Nello Roy Morlotti tinha empresa. Mas Morlotti assegurou que foi ideia do próprio vereador criar e manter atualizado o blog e que fosse cobrado da Câmara. "Mas não era para fazer isso com notas da empresa dele", retrucou Algaci. E sobre a destinação de verba de publicidade da Câmara para vereadores, Algaci reconhece que o caso precisa ser apurado. "Não se pode esconder isso. Eu lutei pela CPI, briguei pra levantar todos os dados aqui e sempre falei: doa a quem doer, vamos passar tudo isso a limpo", disse. **(Gazeta do Povo/RPCTV)**

Servidores são donos de empresa

Algaci Túlio cometeu pecado parecido: o servidor do seu gabinete, Nello Roy Morlotti também prestava serviços para a Câmara. Ele é dono da Holden Serviços Técnicos e foi funcionário do vereador de janeiro de 2009 a maio de 2010.

A Holden chegou a apresentar nota fiscal, em julho de 2009, sobre a publicação de reportagem no blog do próprio vereador Algaci Túlio. A Holden recebeu ao menos R\$ 4 mil da Câmara, mas o total de pagamentos pode ser maior porque a reportagem teve acesso a documentos que representam apenas R\$ 2 milhões dos R\$ 34 milhões gastos pela Câmara entre 2006 e 2011.

O gabinete do vereador Roberto Hinça também abrigava funcionário que também era sócio de uma empresa de publicidade. Laércio Men, sócio da Men & Cia emitiu, no mínimo, três notas fiscais, de R\$ 12 mil cada, pela divulgação de publicidade da Câmara. No momento dos pagamentos de setembro e outubro de 2009, Laércio Men figurava como integrante da Comissão de Cultura do Legislativo. Mas, em dezembro de 2010, quando cobrou mais um pagamento por serviços publicitários, era funcionário do vereador Roberto Hinça. **(Gazeta do Povo/RPCTV)**

26 ABR 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

FPF | Lance é de pouco mais de R\$ 2 milhões

Em leilão, sede vira pechincha

A Federação Paranaense de Futebol pode perder sua sede na próxima semana, com a realização de mais um leilão, agendado para o dia 2 de maio, por causa de dívidas da entidade. Desta vez, a ação é pela da 2.ª Vara de Execuções Fiscais de Curitiba, para pagamento de parte dos débitos com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), no valor de R\$ 4,885 milhões. A dívida total com o INSS é superior a R\$ 40 milhões.

Para este leilão, o imóvel, com área total de 2.170,00 m² foi avaliado em R\$ R\$ 3,385 milhões. Como não houve arremate na primeira tentativa, realizada no dia 18 de abril, a avaliação perde 40% do valor e o lance inicial passa para R\$ 2,031 milhões.

Por determinação do juiz federal substituto, Fabiano Bley Franco, se ninguém adquirir o imóvel neste leilão, uma nova etapa para tentativa de arremate já está agendada para os dias 5 e 19 de setembro. O primeiro lance volta ao valor de R\$ 3,385 milhões na

próxima tentativa.

Esta é a segunda vez que a sede da Federação está em risco este ano. Porém, na primeira tentativa a entidade conseguiu evitar que o imóvel fosse a leilão no dia 9 de março. O departamento jurídico da FPF alegou que o valor indicado pela Justiça Federal (R\$ 2,690 milhões) estava muito abaixo do valor real do imóvel.

Ao contrário do que vinha fazendo, desta vez a Federação não conseguiu impedir o leilão. Neste ano, a entidade já escapou de dois - um da sede e um do Pinheirão - sob a justificativa de que os valores apontados para os leilões eram irrealistas. Desta vez, no entanto, o juiz Fabiano Bley Branco utilizou uma avaliação apresentada pela própria FPF entregue à Justiça em fevereiro deste ano, para determinar o lance inicial do leilão.

Em outubro do ano passado, foi o Pinheirão que chegou a ir a leilão, mas a Federação pagou parte da dívida (R\$ 2,8 milhões) e conseguiu impedir que o estádio fosse arrematado. Mesmo com o leilão já em andamento, a Federação ainda tenta se livrar da segunda tomada de propostas. "Estamos vendo o que é possível fazer", disse o presidente Hélio Cury.

CONJUR

STJ isenta Veja de indenizar o PT por reportagens

26 ABR 2012

O Superior Tribunal de Justiça negou pedido de indenização do PT em ação movida contra a Editora Abril. O partido alegou que a revista *Veja* engendrou uma “campanha difamatória” e recorreu pela quarta vez contra decisões judiciais que consideraram as reportagens protegidas pela liberdade de imprensa. Pediu, mais uma vez, reparação por danos morais. O pedido foi negado pela 3ª Turma do STJ.

De acordo com o PT, a *Veja* estava em “campanha sistemática” para denegrir sua imagem. A legenda levou a juízo oito “capas escandalosas e impertinentes, com chamadas fortes”, que tinham como objetivo ofender a honra do partido. O intuito da *Veja* com essas capas, afirmou o PT, era atingir a “camada de baixa renda e cultura escassa, que não lê textos por inteiro, mas apenas tem a atenção despertada pelas manchetes”. Além disso, as capas traziam fotos que não condiziam com o conteúdo das reportagens, segundo o partido.

O pedido foi negado em todas as instâncias. O Tribunal de Justiça de São Paulo considerou que as capas e a revista estão protegidas pela liberdade de informação, ou “por excludente de antijuricidade de estatura constitucional”. “Muitas das matérias não afirmaram, de modo peremptório, que esta ou aquela pessoa tenha efetivamente praticado ato ilícito, mas narram fatos, fazendo, em seguida, juízo de valor sobre certos comportamentos”.

Apesar dos argumentos constitucionais, o PT não foi ao Supremo Tribunal Federal e apresentou recurso ao STJ. Isso fez com que, inicialmente, o relator do caso no STJ, ministro Massami Uyeda, rejeitasse o Recurso Especial do partido. Aplicou a Súmula 126 do tribunal, que veda a subida de recurso quando o acórdão recorrido se baseia em fundamento constitucional. O texto afirma ainda que, se houver argumento infraconstitucional, ao lado do constitucional, que por si só justifique o REsp, a parte deve interpor recurso ao STJ e ao Supremo, concomitantemente — o que não foi feito.

O PT, então, apresentou Agravo de Instrumento para que a decisão de Uyeda fosse revista pela 3ª Turma. A turma manteve o que disse o relator e acrescentou que, para analisar o caso, o STJ deveria analisar fatos e provas alegadas em juízo, o que lhe é vedado — conforme diz a Súmula 7.

Ao negar o pedido de revisão petista, Massami Uyeda fez questão de enfatizar a conclusão do TJ de São Paulo. Todas as reportagens e capas, disse o ministro, foram feitas a partir de fatos concretos e de investigações policiais em andamento. Elas narram os acontecimentos e opinam com base neles, de acordo com o entendimento de Uyeda, mas não praticam nenhum ilícito.